

ATA NÚMERO 4/XIV/1.ª

Aos 26 dias do mês de novembro de 2019, pelas 14:30 horas, reuniu a Comissão de Cultura e Comunicação, na Sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I Parte

1. Audição da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, para apresentação do relatório de regulação de 2018 e do relatório de atividades e contas de 2018.
2. Audiência à Associação de Imprensa de Inspiração Cristã, para apresentação de propostas em defesa da comunicação social regional e local.

II Parte

1. Informações.
2. Apreciação e votação da ata de 19 de novembro de 2019.
3. Outros assuntos.

I Parte

Audição da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, para apresentação do relatório de regulação de 2018 e do relatório de atividades e contas de 2018

Dando início à audição, a Senhora Presidente da Comissão de Cultura e Comunicação, Deputada Ana Paula Vitorino, deu as boas vindas ao Presidente da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, Sebastião Póvoas, ao Vice-Presidente Mário Mesquita e aos Vogais Francisco Azevedo e Silva e João Pedro Figueiredo, explicando a metodologia dos trabalhos e as grelhas de tempo a utilizar.

O Senhor Presidente da ERC fez uma intervenção inicial, após o que colocaram algumas questões os Senhores Deputados José Magalhães (PS), Helga Correia (PSD), Jorge Costa (BE) e Diana Ferreira (PCP), sobre, designadamente, a alteração do panorama mediático português e suas consequências; a necessidade de alterar o quadro legal vigente em matéria de comunicação social; a alteração das competências da ERC fruto da futura transposição das diretivas comunitárias; a transparência, independência e financiamento dos *media*; a decisão da ERC sobre a aquisição pelo Grupo COFINA da TVI; as medidas ou propostas que a ERC tem para apoiar e fazer face à crise dramática que atravessa a comunicação social local e regional; a plataforma digital da publicidade institucional do Estado e a verificação e fiscalização por parte da ERC do cumprimento dos deveres inerentes a essa plataforma; a acessibilidade dos programas de sinal aberto; as cativações que a ERC tem sofrido relativamente às transferências e verbas que seriam devidas dos resultados líquidos de cada exercício da ANACOM; a situação do grupo Global Media e a sua sustentabilidade económica; o alargamento da transmissão de um maior número de canais na TDT, como a RTP Internacional, a RTP Madeira e a RTP Açores; a regularização dos vínculos dos precários da ERC e a e o número de trabalhadores de que dispõe para poder dar resposta às suas múltiplas solicitações; e a legendagem de programas para surdos.

Em resposta conjunta, os elementos da ERC afirmaram, designadamente, que:

- A situação dos *media* em Portugal é preocupante;
- O parecer da ERC sobre a OPA da Cofina à Media Capital, não se opondo à operação, é autoexplicativo, enumerando, inclusivamente, uma série de preocupações subjacentes à situação, não apenas dos órgãos de comunicação em causa, mas dos órgãos de comunicação em geral. A ERC foi chamada a intervir, através da emissão de um parecer, que seria vinculativo se baseado no risco para o pluralismo, se se tivesse pronunciado pela oposição à operação, mas não tendo sido esse o caso o processo seguiu para a Autoridade da Concorrência;
- O Conselho Regulador da ERC não se opôs à operação de concentração da Cofina e Media Capital, sem prejuízo das ressalvas enunciadas na respetiva deliberação, por não se concluir que tal operação colocasse em causa os valores do pluralismo e da diversidade de opiniões, cuja tutela incumbe à ERC acautelar. Concluíram afirmando que

o negócio pode ter de ser novamente apreciado pela ERC, se assim a Autoridade da Concorrência assim o entender;

- O Governo deve três milhões de euros à Entidade Reguladora para a Comunicação Social por haver verbas retidas no Ministério das Finanças que lhe deveriam ter sido entregues. A este respeito, foi salientado que parte do financiamento da ERC tem origem numa percentagem dos lucros líquidos da ANACOM, que chegam à ERC por via do Ministério das Finanças.

No final, a Senhora Presidente deu por encerrada a audição, cujo gravação vídeo pode ser consultada na [página da Comissão](#) na internet.

Audiência à Associação de Imprensa de Inspiração Cristã, para apresentação de propostas em defesa da comunicação social regional

Dando início à audiência, a Senhora Presidente deu as boas vindas aos membros da Associação de Imprensa de Inspiração Cristã, Paulo Ribeiro, Presidente, Paulo Rocha, Vice-Presidente, Maria da Conceição Vieira, Tesoureira, António Marques, Secretário, César Gomes, assessor da Direção, e aos membros da Associação Portuguesa de Imprensa, João Palmeiro, Presidente, Vitor Brás, Carlos Eugénio, Jorge Castilho e Joana Emídio. Explicou também a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, dando de seguida a palavra a Paulo Ribeiro para fazer a sua intervenção inicial.

Paulo Ribeiro iniciou a sua intervenção afirmando que Associação de Imprensa de Inspiração Cristã e a Associação Portuguesa de Imprensa, que representam mais de 90% da imprensa portuguesa, têm trabalhado em conjunto e concertadamente em prol da comunicação social regional e local, referindo-se de seguida às [10 medidas em defesa a comunicação social regional](#) face às inúmeras dificuldades que tem vindo a enfrentar, que colocam em causa a viabilidade deste sector da comunicação social e que têm sido alvo de uma análise e de um

debate muito aprofundado, designadamente as respeitantes ao combate à iliteracia, às *fake news* ou à valorização ambiental.

Afirmou igualmente que a crise económico-financeira que atravessa a comunicação social não pode ser resolvida por cada jornal ou por cada associação isoladamente. Lembrou, a este respeito, as propostas apresentadas recentemente pela Universidade da Beira Interior na sequência do trabalho desenvolvido no âmbito do projeto [Re/media.Lab - Laboratório & Incubadora de Media Regionais](#) e as recentes intervenções públicas feitas pelo próprio Presidente da República e por representantes do setor e dos seus profissionais. Infelizmente, os casos de encerramento multiplicam-se diariamente, defendendo, a este respeito, que é na Assembleia da República que muito pode ser feito, designadamente no quadro do Orçamento do Estado para 2020, mas que as medidas que entretanto foram apresentadas têm forçosamente de ser postas em prática para evitar o encerramento de inúmeros títulos.

Por sua vez, João Palmeiro reportou-se à necessidade de defender esta causa, referindo-se também ao facto de a Associação Portuguesa de Imprensa ter trabalhado em conjunto com a Associação de Imprensa Cristã em prol deste sector. A Associação Portuguesa de Imprensa e a Associação de Imprensa de Inspiração Cristã congratularam-se com a criação da Secretaria de Estado do Cinema, Audiovisual e Media, na medida em que editores de jornais e revistas passaram a ter um interlocutor no Governo, num momento em que se esperam medidas relevantes quanto à sustentabilidade das empresas editoras de publicações periódicas e em que se preparam transposições das diretivas do Direito de Autor e do Multimédia.

Vítor Brás focou a sua intervenção no problema dos correios. Lembrou que em 2020 termina o serviço postal universal e Portugal não tem qualquer experiência de renovação desse tipo de

contratos. Sem correios a imprensa regional não sobrevive, na medida em que são eles que transportam os jornais para casa dos seus assinantes.

A **Senhora Deputada Rosário Gamboa (PS)** disse ser evidente a crise que vive a comunicação social regional e local, problema esse que, de resto, é sentido por toda a sociedade portuguesa. Nesse sentido, o Grupo Parlamentar do PS vê com olhos as 10 propostas apresentadas, que são absolutamente pragmáticas, muito bem desenhadas e que irão ser apreciadas e aprofundadas em sede de Orçamento do Estado com o sector.

Quanto à discussão e apreciação das diretivas comunitárias, adiantou que a sua transposição vai ser acompanhada de perto, por proposta do Grupo Parlamentar do PS, pela 12.ª Comissão.

O **Senhor Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD)** afirmou que a crise que este setor enfrenta tem contornos preocupantes, na medida em que, em bom rigor, a comunicação social regional e local é um pilar da nossa democracia e se Portugal tiver uma imprensa completamente asfíxiada, tudo isso condicionará o seu futuro. Disse também que o Grupo Parlamentar do PSD preocupa-se de uma forma especial com a imprensa regional exatamente por ser imprensa e por ser regional. Cada vez que se apaga uma luz da imprensa regional dentro do nosso território, ele fica mais pobre, mais escuro, mais longe de nós. Do ponto de vista da nossa coesão territorial, é fundamental alimentar e permitir que a imprensa regional nos dê luz do que se passa em cada região. Nesse sentido, o Grupo Parlamentar do PSD apoiará as propostas de apoio a este sector em sede de Orçamento do Estado, tendo iniciado já a procura de respostas e a validação de algumas das propostas que foram já apresentadas e que, na sua grande maioria, são extremamente positivas para o sector.

A **Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP)** frisou que ao longo dos anos o Grupo Parlamentar do CDS-PP tem acompanhado muitas das preocupações manifestadas pelas duas Associações, muitas delas vertidas em propostas apresentadas em sede de Orçamento do Estado pelo seu Grupo Parlamentar. Referiu o exemplo da proposta respeitante ao cumprimento efetivo da lei da publicidade institucional do Estado entregue no ano passado pelo seu grupo parlamentar em sede de Orçamento do Estado e que foi rejeitada. Este ano voltará a fazê-lo, tendo a esperança de que ela seja acolhida. Em relação ao combate à literacia, lembrou que ainda recentemente o jornal *Público* fez uma parceria com o Ministério da Ciência e Ensino Superior para o sector universitário, o que veio abrir um precedente extremamente relevante para que ele possa ser seguido pela imprensa regional junto dos agrupamentos de escolas. Quanto às restantes propostas, para o Grupo Parlamentar do CDS-PP o porte pago, o incentivo à leitura, a propaganda eleitoral e a valorização de conteúdos e de combate às *fake news* fazem todo o sentido.

A **Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP)** agradeceu o envio das propostas respeitantes à imprensa local e regional, que de facto tem um papel extremamente relevante na proximidade com as populações, dando voz a realidades que muitas vezes não têm expressão em outros órgãos de comunicação social e na ligação que tem com a diáspora portuguesa levando para além fronteiras a realidade do nosso país, garantindo o pluralismo e a diversidade territorial, cultural e social. Para o Grupo Parlamentar do PCP o papel da comunicação social regional e local é indiscutivelmente fundamental. Disse também ser necessário retomar o porte pago para garantir uma efetiva distribuição e a existência de apoios efetivos. Por fim, afirmou comungar da preocupação expressa quanto à privatização do serviço postal, que tem vindo a degradar-se, com consequências graves a nível da distribuição da imprensa regional e local e

daí o Grupo Parlamentar do PCP ter já entregue na Assembleia da República uma iniciativa no sentido da retoma do controlo público desta empresa.

Em resposta, Paulo Ribeiro, da Associação de Imprensa de Inspiração Cristã, apelou à alteração da lei que rege a publicidade institucional, pedindo a alocação a esse setor de pelo menos 25% do orçamento publicitário dos jogos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de forma a permitir que várias publicações regionais possam manter-se em circulação. Sem haver aumento da despesa pública, poderia haver um contributo importante para a difusão da publicidade pelos meios regionais, uma vez que a licença de jogo é para todo o País e não só exclusivamente para Lisboa. E fez questão de referir que o que está em causa é não só a sustentabilidade dos títulos mas também o emprego que cada título gera na sua comunidade. O Presidente da Associação Portuguesa de Imprensa (API) sublinhou que a imprensa regional não pode sobreviver sem os Correios, lembrando, a este propósito, que em 2020 termina o contrato do serviço postal universal, essencial para a distribuição dos títulos pelo país. Disse estar preocupado e que a Associação não descarta mesmo a hipótese de compra de uma parte dos correios, se tal for necessário e possível.

Vítor Brás adiantou, a este respeito, que se em fevereiro de 2020 um assinante subscrever uma determinada publicação até fevereiro de 2021, não terá a certeza se nesse momento haverá Correios tal como existem hoje.

II PARTE

1. Informações

Dando início à segunda parte da Ordem do Dia, a Senhora Presidente informou que a Senhora Deputada Maria Gabriela Fonseca (PSD) tinha cessado funções como membro suplente, sendo a vaga resultante preenchida pela Senhora Deputada Lina Lopes (PSD).

Entrando na segunda parte do primeiro ponto da Ordem do Dia, a Senhora Presidente informou da baixa à Comissão de Cultura e Comunicação do [projeto de resolução n.º 64XIV \(1.ª\)](#) (L) — Concessão de Honras do Panteão Nacional a Aristides de Sousa Mendes —, que será discutido em Plenário, e do [projeto de resolução n.º 81/XIV \(1.ª\)](#) (PS) — Consagra o dia 31 de março como Dia da Memória das Vítimas da Inquisição —, tendo o Grupo Parlamentar do PS transmitido que daria essa indicação posteriormente.

Informou também que tinha baixado à Comissão o [projeto de resolução n.º 89/XIV \(1.ª\)](#) (BE) — Cumprimento das obrigações de apoio às artes pela Direção-Geral das Artes —, tendo o Grupo Parlamentar do BE dado a indicação de que a sua discussão seria feita em Plenário. Por fim, a Senhora Presidente deu a conhecer os pedidos de audiência apresentados pela LUSA, sobre a sua situação orçamental, e pela Plataforma Cultura em Luta, para apresentação das suas preocupações no quadro da discussão do novo Orçamento do Estado para 2020.

2. Apreciação e votação da ata de 19 de novembro de 2019

A ata foi aprovada por unanimidade, tendo-se registado a ausência dos Grupos Parlamentares do BE, do CDS-PP e do PAN.

3. Outros assuntos

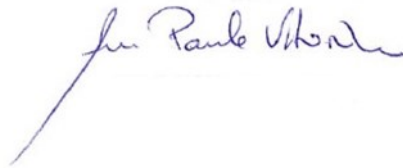
A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) solicitou à Senhora Presidente que a Ordem do Dia contendo as diversas informações respeitantes à Comissão fosse enviada também a todos as Senhoras e Senhores Deputados por uma questão de metodologia do trabalho e de ajuda na agilização dos trabalhos.

Em relação às audições que serão realizadas na semana seguinte, resultantes do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, ficou estabelecido que a grelha a utilizar relativa aos requerimentos não teria segunda ronda.

A reunião foi encerrada às 17 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 19 de novembro de 2019

A PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(ANA PAULA VITORINO)

Nota: A ata foi aprovada por unanimidade, na reunião de 03 de dezembro de 2019

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Poço
Ana Mesquita
Ana Paula Vitorino
Ana Rita Bessa
Carlos Silva
Cláudia Bento
Cristina Rodrigues
Fernanda Velez
Filipa Roseta
Helga Correia
Isabel Lopes
Jorge Costa
José Magalhães
Lúcia Araújo Silva
Mara Coelho
Paulo Rios de Oliveira
Pedro Cegonho
Rosário Gambôa
Sara Velez
Sofia Araújo
Alexandra Vieira
António Ventura
Bruno Aragão
Carla Borges
Carla Sousa
Cristina Sousa
Diana Ferreira
Lina Lopes
Maria da Graça Reis

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Beatriz Gomes Dias

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Diogo Leão
Luís Capoulas Santos